

CAPÍTULO 4

MEMÓRIAS ANCESTRAIS QUE EDUCAM: NARRATIVAS DE PESSOAS IDOSAS QUILOMBOLAS E A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE ESCUTA, DIÁLOGO E COMPROMISSO SOCIAL

Fabíola Andrade Pereira

Pós-Doutora em Educação pela UFPB- PB.

Professora Associada do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE do CEHS – Centro de Educação Humanidades e Saúde de Tocantinópolis da UFNT – Universidade Federal do Tocantins.

Severino Bezerra da Silva

Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP.

Professor Titular do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, atuando nas Licenciaturas de Pedagogia e História e na Pós-Graduação em Educação-PPGE-UFPB, na linha de Pesquisa em Educação Popular. Membro do grupo de Pesquisa Educação Popular, Memórias e Saberes-CNPQ e do Núcleo Carolina Maria de Jesus- Educação Popular, Agroecologia e Alfabetização – Universidade Federal do Recôncavo Baiano -UFRB.

RESUMO

Este artigo reflexivo toma como ponto de partida um plano de trabalho não executado, concebido no âmbito da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), com foco na valorização das memórias de pessoas idosas quilombolas. A partir desse projeto, propõe-se uma reflexão teórico-política e pedagógica sobre educação ao longo da vida, envelhecimento humano, memória, ancestralidade e intergeracionalidade, articulando extensão universitária, educação popular e gerontagogia. Argumenta-se que, mesmo não implementado, o projeto revela potenciais formativos, epistemológicos e políticos que evidenciam o papel da universidade pública na escuta de saberes tradicionais, no enfrentamento do apagamento histórico e na construção de práticas educativas comprometidas com justiça social, diversidade cultural e dignidade na velhice.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de pessoas idosas; Memória; Quilombos; Extensão universitária; Intergeneracionalidade.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre um projeto que não chegou a ser executado não significa tratar de um percurso interrompido ou de uma experiência fracassada, mas, sobretudo, reconhecer um campo fértil de possibilidades, aprendizagens e tensionamentos teórico-práticos. Este artigo emerge da necessidade de sistematizar reflexões produzidas a partir do plano de trabalho intitulado *Memórias Ancestrais que Educam: narrativas de pessoas idosas e o diálogo com a história do quilombo Dona Juscelina*, no município

de Muricilândia do Tocantins, elaborado por ocasião de um processo seletivo destinado à realização de estágio pós-doutoral no âmbito da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

O projeto fundamenta-se em uma trajetória consolidada no campo da extensão universitária e do envelhecimento humano. Ao longo de mais de uma década e meia, as ações extensionistas desenvolvidas no Campus de Tocantinópolis têm evidenciado o compromisso institucional com a educação ao longo da vida, a promoção do envelhecimento ativo e a valorização das pessoas idosas como sujeitos de direitos, de memória e de saberes. Nesse percurso, a Universidade da Maturidade (UMA), programa de extensão da Universidade Federal do Tocantins, consolidou-se como referência central, irradiando experiências pedagógicas, pesquisas acadêmicas e práticas intergeracionais que contribuíram para reposicionar a velhice no campo educacional e ampliar a compreensão do envelhecimento como fenômeno social, cultural e político.

O plano aqui refletido nasce desse acúmulo histórico e acadêmico, mas propõe um deslocamento importante do olhar ao eleger como locus de investigação e ação educativa um território quilombola. A escolha do quilombo Dona Juscelina não se deu de forma aleatória, mas expressa uma preocupação ética e política com populações historicamente invisibilizadas, cujas experiências de envelhecimento são atravessadas por desigualdades raciais, territoriais, econômicas e simbólicas. Trata-se de reconhecer que envelhecer em contextos quilombolas implica trajetórias singulares, marcadas por processos de resistência, luta pela terra, preservação cultural e enfrentamento cotidiano do racismo estrutural.

Nesse sentido, o projeto propunha valorizar as memórias e narrativas das pessoas idosas quilombolas como fontes legítimas de conhecimento, compreendendo-as como educadoras de gerações, guardiãs da história coletiva e protagonistas de processos formativos ancorados na ancestralidade. Ao articular memória, envelhecimento, educação popular e extensão universitária, o plano apontava para a universidade como espaço de escuta sensível, diálogo intercultural e compromisso social, capaz de tensionar epistemologias hegemônicas e construir práticas educativas contextualizadas, comprometidas com a justiça social, a diversidade cultural e a dignidade na velhice.

ENVELHECIMENTO, EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno amplamente documentado no Brasil e no mundo, colocando em evidência tanto os desafios quanto as potencialidades sociais, culturais e educacionais decorrentes do aumento da longevidade. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram o crescimento expressivo da população com 60 anos ou mais nas últimas décadas, cenário que impõe às políticas públicas e às instituições sociais a necessidade de respostas

inovadoras e inclusivas. No estado do Tocantins, esse processo assume contornos específicos ao se articular com desigualdades territoriais, sociais e educacionais, exigindo uma atuação institucional sensível às singularidades locais e comprometida com a promoção de direitos ao longo de todo o curso da vida.

Nesse contexto, a educação para a velhice e o envelhecimento humano emerge como pauta urgente e estratégica. Conforme afirmam Cortelletti e Casara (2006), pensar a educação ao longo da vida implica reconhecer a velhice como tempo legítimo de aprendizagem, produção de saberes e participação social. Tal perspectiva rompe com concepções reducionistas que associam a educação exclusivamente às etapas iniciais da vida e reafirma o direito das pessoas idosas à formação contínua, ao acesso ao conhecimento e à participação ativa nos espaços educativos.

A universidade, enquanto instituição socialmente referenciada, ocupa lugar central nesse debate, sobretudo por meio da extensão universitária, que possibilita o diálogo entre saberes acadêmicos e saberes populares, tensionando epistemologias hegemônicas e ampliando os horizontes formativos. As experiências acumuladas pela Universidade da Maturidade (UMA), no Centro de Educação, Humanidades e Saúde em Tocantinópolis, bem como por projetos extensionistas correlatos, evidenciam que a inserção da temática do envelhecimento humano nos currículos e nas práticas formativas contribui significativamente para a formação de profissionais mais sensíveis às demandas da população idosa.

Nesse sentido, estudos desenvolvidos no âmbito da UFNT indicam que os projetos e ações voltados ao envelhecimento humano têm provocado reflexões importantes no campo da formação docente. Conforme destacam Pereira e Silva (2026), os projetos e ações com foco no envelhecimento humano, desenvolvidos na universidade, têm instigado reflexões interessantes, inclusive nos permitindo afirmar que a inclusão desta temática nos currículos da graduação tem contribuído significativamente para a capacitação de recursos humanos no estado do Tocantins. Tal constatação reforça a necessidade de que a educação superior incorpore o envelhecimento como eixo transversal em seus processos formativos.

Além disso, os autores ressaltam que a reflexão sobre a formação de professores demanda a construção de representações sociais positivas acerca da velhice e do processo de envelhecimento, afirmando que pensar a formação docente nessa perspectiva implica reconhecer a educação como um direito que não se encerra em nenhuma fase da vida» Pereira e Silva (2026). Essa compreensão aproxima-se dos pressupostos da gerontagogia, entendida como campo teórico-prático que reconhece as pessoas idosas como sujeitos ativos de aprendizagem e produtores de conhecimento.

Dessa forma, as experiências desenvolvidas no âmbito da UMA e da UFNT reafirmam a universidade como espaço privilegiado para a construção coletiva de saberes, no qual ensino, pesquisa e extensão se articulam em favor de uma educação ao longo da vida, comprometida com a dignidade

humana, a justiça social e o reconhecimento da diversidade etária como dimensão constitutiva da experiência educativa.

QUILOMBOS, MEMÓRIA E ENVELHECIMENTO: NARRATIVAS QUE RESISTEM

A reflexão proposta pelo plano de trabalho ganha densidade ao incorporar a realidade das comunidades quilombolas, compreendendo que o envelhecimento quilombola não pode ser analisado de forma dissociada da história da escravidão, da luta pela terra, do racismo estrutural e das estratégias de resistência cultural construídas ao longo do tempo. Os dados do Censo de 2022 evidenciam especificidades relevantes no índice de envelhecimento da população quilombola, revelando trajetórias de vida marcadas por desigualdades persistentes, precarização de direitos e processos históricos de invisibilização social.

Nesse contexto, as pessoas idosas quilombolas assumem papel central como guardiãs de memórias individuais e coletivas. Suas narrativas configuram verdadeiros arquivos vivos, fundamentais para a compreensão da história do território, das formas de organização comunitária, das práticas culturais e das estratégias de resistência que sustentam a vida coletiva. Contudo, tais memórias encontram-se permanentemente ameaçadas pelo silenciamento, pelo esquecimento e pela desvalorização dos saberes tradicionais, especialmente quando confrontadas com epistemologias hegemônicas que historicamente marginalizam conhecimentos produzidos fora do espaço acadêmico.

Compreender a memória como campo de disputas implica reconhecer que lembrar e esquecer não são atos neutros, mas processos atravessados por relações de poder, escolhas políticas e projetos de sociedade. Nesse sentido, Almeida, Silva, Nascimento e Machado (2021) afirmam que a educação, quando enraizada na experiência comunitária, pode se constituir como espaço de resistência e reinvenção dos saberes, ao promover o diálogo entre diferentes formas de conhecimento e valorizar a circularidade dos saberes produzidos no cotidiano das comunidades. Ao analisarem a experiência da Escola Viva Olho do Tempo, os autores evidenciam que práticas educativas ancoradas na memória, na oralidade e na vivência coletiva possibilitam “a construção de alternativas pedagógicas inovadoras, fundamentadas no compartilhamento de saberes e na valorização da experiência comunitária” Almeida; Silva; Nascimento e Machado (2021).

Interrogar, portanto, como a universidade se posiciona diante das memórias quilombolas implica questionar suas práticas institucionais, seus critérios de validação do conhecimento e sua disposição ética e política para aprender com sujeitos historicamente marginalizados. Trata-se de reconhecer as narrativas das pessoas idosas quilombolas não apenas como objeto de estudo, mas como fonte legítima de conhecimento, capaz de tensionar paradigmas acadêmicos e contribuir para a construção de práticas

educativas comprometidas com a justiça social, a diversidade cultural e a dignidade na velhice.

EDUCAÇÃO POPULAR, DIÁLOGO E INTERGERACIONALIDADE

Os fundamentos teóricos que sustentam o plano de trabalho — e, conseqüentemente, esta reflexão — estão ancorados nos pressupostos da educação popular freireana, que compreende a educação como prática política, ética e emancipatória. Em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire afirma que o diálogo constitui a essência de uma educação crítica, ao destacar que “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” Freire (1987). Tal compreensão rompe com modelos verticalizados de ensino e afirma o diálogo como condição para a produção coletiva do conhecimento e para a humanização dos sujeitos.

Reconhecer que as memórias das pessoas idosas quilombolas educam implica, portanto, assumir uma postura pedagógica fundada na escuta sensível, no respeito aos saberes populares e na abertura ao outro como sujeito histórico. Trata-se de compreender que o conhecimento não reside exclusivamente na academia, mas se constrói no encontro entre diferentes experiências de vida, trajetórias geracionais e formas de ler e interpretar o mundo. Nesse sentido, as narrativas das pessoas idosas quilombolas assumem centralidade como práticas educativas que articulam ancestralidade, território e resistência cultural.

A intergeracionalidade emerge, assim, como princípio pedagógico e político fundamental. A Organização Mundial da Saúde reconhece a solidariedade entre gerações como elemento central para a promoção do envelhecimento ativo e da qualidade de vida, ao enfatizar a importância da convivência, do intercâmbio de saberes e do fortalecimento dos vínculos sociais. No contexto quilombola, essa dimensão adquire relevância singular, sobretudo diante da predominância de jovens na composição etária dessas comunidades, o que torna urgente a criação de espaços de diálogo que assegurem a transmissão dos saberes ancestrais e a preservação da memória coletiva.

O plano de trabalho propunha, nesse horizonte, metodologias participativas inspiradas na educação popular, tais como círculos de cultura, práticas de história oral, oficinas temáticas e mutirões intergeracionais. Essas estratégias metodológicas não se restringiam à coleta de informações, mas se constituíam como espaços formativos, nos quais diferentes gerações poderiam compartilhar experiências, refletir criticamente sobre suas histórias e fortalecer o sentimento de pertencimento ao território. Ao valorizar a oralidade, a convivência e a produção coletiva do conhecimento, o plano reafirmava uma concepção de educação que ultrapassa a mera transmissão de conteúdos e se afirma como prática social, cultural e política comprometida com a dignidade humana, a justiça social e o reconhecimento dos saberes tradicionais.

O NÃO EXECUTADO COMO POTÊNCIA REFLEXIVA

Embora o plano não tenha sido executado nos moldes originalmente previstos, ele não permaneceu guardado na gaveta nem se configurou como uma experiência estéril. Ao contrário, constituiu-se como um importante dispositivo de reflexão, inspiração e redirecionamento das ações acadêmicas e extensionistas desenvolvidas posteriormente. O projeto ampliou o locus de atenção e atuação junto à população idosa, especialmente no que se refere à valorização das memórias, das narrativas e dos saberes ancestrais, influenciando a elaboração de novas propostas, projetos e iniciativas voltadas ao envelhecimento humano em diferentes territórios.

Nesse sentido, o plano funcionou como um marco conceitual e político, contribuindo para o amadurecimento das discussões sobre educação, velhice, intergeracionalidade e populações tradicionais no âmbito da universidade. Mesmo não executado, produziu deslocamentos epistemológicos, fortaleceu o compromisso pessoal e institucional com a temática e reafirmou a centralidade da extensão universitária como espaço de escuta, diálogo e construção coletiva do conhecimento. Assim, o não executado revela-se como potência formativa e como elemento propulsor de novas práticas, reafirmando a função social da universidade pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o plano *Memórias Ancestrais que Educam* permite afirmar que a educação para a velhice, especialmente em contextos quilombolas, constitui um campo fecundo para a articulação entre extensão universitária, educação popular e justiça social. ENTEDE-SE QUE As narrativas das pessoas idosas quilombolas não apenas preservam a história e a cultura de seus territórios, mas educam, provocam e desafiam a universidade a rever suas práticas e epistemologias.

Mesmo não executado, o projeto reafirma a urgência de ações educativas que valorizem a memória, promovam o diálogo intergeracional e reconheçam as pessoas idosas como protagonistas de sua história. Trata-se de um chamado ético e político para que a universidade siga comprometida com uma educação ao longo da vida, plural, inclusiva e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

AGLIARDI, D. A.; AREOSA, S. V. C.; GRAEFF, D. B. O envelhecimento no currículo do ensino superior nos cursos de Saúde e Humanidades. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, v. 25, 2020.

ALMEIDA, A. R.; SILVA, S. B. da; NASCIMENTO, G. A.; MACHADO, C. J. S. A educação enquanto experiência comunitária e a Escola Viva Olho do Tempo: o circular de saberes como prática alternativa inovadora. *HOLOS*, Natal, v. 2, p. 1–17, 2021.

CORTELLETTI, I. A.; CASARA, M. B. *Educação e envelhecimento humano*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Dialogando com a própria história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PEREIRA, Fabíola Andrade. *Educação de pessoas idosas: um estudo de caso da Universidade da Maturidade no Tocantins*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

PEREIRA, Fabíola Andrade; SILVA, Severino Bezerra da. Formação docente e a “gerontagogia” nas licenciaturas: o caso da UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins. *ARACÊ*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. e11830, 2026. DOI: 10.56238/arev8n1-108. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/11830>. Acesso em: 19 jan. 2026.

THE WHOQOL GROUP. *The development of the World Health Organization WHOQOL-BREF quality of life assessment*. Geneva: World Health Organization, 1994.